



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS
Curso de Bacharelado em Relações Internacionais

Evandro Carlos Bernardi Junior

**Reino Unido e União Europeia: entendendo o BREXIT por
meio do construtivismo**

**Brasília
2021**

Evandro Carlos Bernardi Junior

**Reino Unido e União Europeia: entendendo o BREXIT por meio do
constitutivismo**

Artigo científico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Raphael Spode

**Brasília
2021**

Evandro Carlos Bernardi Junior

**Reino Unido e União Europeia: entendendo o BREXIT por meio do
construtivismo**

Artigo científico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito / Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador(a): Professor(a) Nome completo

Brasília, 24 de Setembro de 2021

BANCA AVALIADORA

Professor(a) Orientador(a)

Professor(a) Avaliador(a)

Agradecimentos

Terminar esta jornada deixa um ar de missão cumprida, mas também de nostalgia. Nostalgia de anos que me transformaram como ser humano, que abriram meus olhos e minha mente para um mundo tão diverso, complexo, intrigante e fascinante. Não cheguei até aqui sozinho, o fiz apoiado em diversas pessoas que doaram tempo, recursos e amor para que eu conseguisse, enfim, o meu diploma do ensino superior.

Agradeço primeiramente aos meus pais, que fizeram um esforço indescritível de carinho para essa minha conquista, que, aliás, não é apenas minha, mas também deles. Sem o apoio moral, psicológico, afetivo, financeiro e educacional não conseguiria alcançar a parte mais ínfima das minhas vitórias nessa minha ainda curta vida. Agradeço também às minhas avós e tias que fizeram de minha família sempre um lugar de risadas e boas memórias. Não posso jamais deixar de esquecer de um membro de quatro patas da minha família, o meu fiel companheiro Lorenzo, que desperta em mim o melhor que um ser humano tem a oferecer. A vocês, todo o meu amor.

Segundamente, agradeço o meu professor orientador, Raphael Spode. As aulas que tive com o senhor me iluminaram durante a jornada no curso de Relações Internacionais. Ajudou-me a mergulhar no mundo das teorias desse campo de estudo tão incrível e me motivou a buscar cada vez mais estudar, ler e pesquisar a fim de entender como as relações entre os Estados ocorre. Com certeza o senhor é um exemplo de profissionalismo e de dedicação ao trabalho, passando a cada um dos seus alunos - eu incluso - essa paixão pela pesquisa e pelo campo que escolheu estudar e lecionar.

Agradeço os meus demais professores que me guiaram nessa jornada. Cada um me deu ferramentas para que eu construísse o caminho do meu percurso acadêmico, me orientando, ensinando, incitando o debate e o pensamento crítico e, quando necessário, broncas e sermões. Espero que eu possa honrá-los no futuro levando adiante os ensinamentos que aprendi com vocês.

Agradeço os meus amigos, que foram a minha família. Chegar em uma cidade nova, sem conhecer ninguém, foi um desafio pessoal cercado de medos e incertezas. Felizmente, Brasília me presenteou com pessoas incríveis que me acolheram, me ajudaram e tornaram o meu itinerário mais suave e feliz. São amizades que estiveram comigo nos momentos fáceis, de

alegria e descontração, e difíceis, como na construção deste artigo e que em muito me auxiliaram e deram suporte, e espero levá-los comigo por muitos anos. Não quero citar nomes para não fazer injustiças, mas saibam que terão sempre um lugar especial em meu coração.

Agradeço, também, Brasília, a cidade que me acolheu. Como uma mãe, ela soube dosar lições com afeto. Hoje, Brasília abriga os meus sonhos, é o lugar em que almejo construir minha vida, meu emprego e me desenvolver cada vez mais como pessoa. Morar aqui é um constante fascínio, admirar as belezas naturais, sua arquitetura e perceber o privilégio de habitar em um lugar tão inspirador.

Abstrato

Este artigo visa analisar o Brexit por meio do construtivismo wendtiano, buscando entender como fatores sociais de entendimentos mútuos práticas compartilhadas entre o Reino Unido e a União Europeia ao longo dos anos levou ao Brexit. Busca-se perpassar por fatores sociais de construção de um quadro de entendimentos comum em que ambos compartilhavam um regime de ações mutuamente compreensível, mas também por fatores históricos e internos de cada agente.

Tem-se as obras de Alexander Wendt *Constructing International Politics* (1995) e *Anarchy is What States Make of It: the social construction of power politics* (1992) o livro *Social Theory of International Politics* (1999) como obras centrais em embasaram este artigo, mas também outros autores prementes das Ciências Sociais e das Relações Internacionais que analisam a interação entre os agentes estatais como socialmente construídas e passíveis de mudanças de acordo com conhecimentos compartilhados que os agentes intercambiam entre si no tempo e no espaço.

Palavras-chave: Brexit, Construtivismo, Alexander Wendt, União Europeia, conhecimento compartilhado

Abstract

This article aims to analyze Brexit through Wendtian constructivism, seeking to understand how social factors of mutual understanding shared practices between the United Kingdom and the European Union over the years led to Brexit. It seeks to pervade social factors that build a common framework of understandings in which both shared a mutually understandable regime of actions, but also through the historical and internal factors of each agent.

The works of Alexander Wendt *Constructing International Politics* (1995) and *Anarchy is What States Make of It: the social construction of power politics* (1992) the book *Social Theory of International Politics* (1999) function as seminal in this article, but also other pressing authors from the Social Sciences and International Relations who analyze the interaction between state agents as socially constructed and subject to change according to knowledge we share that the agents interchange with each other in time and space.

Key words: Brexit, Constructivism, Alexander Wendt, European Union, shared knowledge

Introdução

O Brexit - acrônimo para as palavras inglesas *Britain* e *Exit* - foi o primeiro movimento de saída de um país da União Europeia desde a sua criação, na década de 1950. O evento marca uma década de crises dentro do bloco, como a crise financeira que castigou nações como Grécia, Itália e Espanha, a crise migratória que trouxe para dentro do continente milhares de refugiados do Oriente Médio e da África, e a ascensão de grupos nacionalistas e eurocéticos, contrários a uma maior integração regional ou que estimulam a saída de seus países da UE.

A saída de uma das maiores economias da União Europeia motivou diversas especulações sobre o futuro do bloco, sua capacidade adaptativa às adversidades e sua importância, assim como a do continente em si, num futuro que vislumbra o crescimento de países na Ásia e África. Contudo, o Brexit não provocou um efeito cascata igual muitos previram e acabou sendo um evento isolado, mesmo com o crescimento de partidos nacionalistas em diversos países da Europa. Assim, indaga-se: como criou-se entre o Reino Unido e a União Europeia estruturas sociais e práticas que levassem a um retrocesso do processo de integração regional, isto é, como alterou-se o conhecimento compartilhado entre os dois lados de que, num primeiro momento, a participação do Reino Unido no bloco europeu é benéfico para, num segundo momento, fomentar o euroceticismo naquele país e entender a integração regional como prejudicial aos interesses nacionais do país?

Assim, pretende-se utilizar mormente a teoria construtivista de Alexander Wendt, igual concebida em seus artigos *Constructing International Politics* (1995) e *Anarchy is What States Make of It: the social construction of power politics* (1992) e em seu livro *Social Theory of International Politics* (1999), para entender que as relações interestatais vão além de questões materiais e constroem-se através de ideias compartilhadas que fazem Estados criarem entre si práticas e assumir comportamentos de confiança mútua, quando o estímulo é positivo, ou desconfiança, quando estímulo é negativo, e como se dá a estrutura sistêmica, ou seja, como o sistema internacional foi capaz de moldar a ação dos agentes em direção à uma separação.

Este artigo será dividido em quatro seções principais, além desta introdução: a primeira será de caráter histórico, com a intenção de traçar uma linha temporal da relação entre o Reino Unido e a União Europeia; a segunda terá como função aprofundar o entendimento teórico acerca do construtivismo, delimitando suas premissas centrais; a terceira analisará o caso do

Brexit à luz do construtivismo e como essa teoria se mostra efetiva para explicar um dos eventos mais marcantes nas relações internacionais neste início de século XXI, aplicando as ideias desta teoria explicitadas na seção dois nesse estudo de caso; e a quarta será a conclusão, em que pretende-se, sucintamente, delinear o sistema internacional na visão construtivista e como este entende o processo do Brexit.

O objetivo principal deste artigo é, então, entender, dentro de um olhar sistêmico, como se criou uma rede de conhecimentos mútuos que levou a práticas que distanciassem britânicos e europeus no projeto de integração regional, e levasse ao Brexit. Hipotetiza-se, pois, que os conhecimentos mútuos tenham sido desfeitos diante do ímpeto europeu por maior integração e das crises que afetaram nos anos recentes.

Reino Unido e União Europeia: uma história conturbada

Reino Unido e Europa sempre tiveram uma relação ambígua. Apesar de geograficamente estar naquele continente, britânicos nunca identificaram-se completamente como tal, criando uma identidade insular que se diferencia em diversos aspectos, desde os mais triviais, como o lado em que se localiza o volante dos automóveis, até os mais complexos, como o sistema jurídico e legal - *common law* britânica e a *civil law* continental.

De fato, a história entre britânicos e europeus sempre foi conturbada, com britânicos se recusando a fazer parte de projetos integracionistas europeus entre o final do século XIX e começo do século XX, dando sempre primazia pelo império ultramarino britânico. Nota-se na postura britânica espírito liberalista, de abertura de mercados para produtos britânicos e preferência por relações de nação mais favorecida com suas colônias, priorizando matérias primas exportadas por elas (KERIKMÄE ET AL., 2018).

A II Guerra Mundial, no entanto, mudou a maneira como os Estados europeus passaram a se comportar em relação ao futuro do continente, e esse pensamento também encontrou ressonância no Reino Unido. Em um mundo dividido entre Estados Unidos e União Soviética, a Europa viu a sua influência global diminuir, ao passo que os impérios construídos nos séculos anteriores desmoronavam e sofria uma iminente e constante ameaça do comunismo, personificado no Estado soviético (TROIÑO, 2013). Fazia-se necessário, tanto para evitar outros conflitos devastadores como o de 1939-1945 como para tentar manter o continente importante em um cenário internacional bipolar, rever a maneira como os Estados europeus se relacionavam. A divisão e a natureza conflitiva dos Estados europeus teve de ceder espaço à cooperação e à diplomacia.

O entendimento entre a classe política britânica a partir da década de 1950 foi pendendo para o lado europeu a medida que o continente se tornava um mercado mais promissor do que os membros do *Commonwealth*, priorizados pelo comércio internacional britânico até aquele período, dada a perspectiva de um mercado comum e crescimento econômico robusto no pós-guerra. Além disso, o conflito mundial mostrou que a segurança e soberania do país estavam intimamente ligados com o que acontecia na Europa continental, além da criação de um novo sistema internacional marcado pela bipolaridade (REINO UNIDO, 1971). Do lado europeu, convites foram feitos para que o Reino Unido participasse das reuniões do bloco e se integrasse

ainda mais ao continente. O país chegou a participar informalmente de eventos da recém-criada Comunidade Europeia, mas apenas requisitou formalmente a sua entrada no grupo em 1963, ao ver diversos países de seu império em decadência ganharem independência e perceber o sucesso do projeto integracionista europeu (PABSDORF ET AL., 2019).

As duas primeiras tentativas britânicas de ingressar no bloco, uma em 1963 e a outra em 1967, foram prontamente rejeitadas por Charles DeGaulle, presidente francês, apoiado pela Alemanha Ocidental (CHOCHIA ET AL., 2018a), que argumentava diferenças substanciais entre o Reino Unido e os seis países que compunham a Comunidade Econômica Europeia. DeGaulle criticou a diferença de foco econômico entre aquele país insular e as nações continentais, além de criticar os privilégios que os britânicos ainda possuíam em suas colônias, em especial de produtos agrícolas e de matéria prima, o que poderia prejudicar agricultores franceses. DeGaulle afirmou em seu discurso:

O que fazer para que a Inglaterra, como vive, produz e comercializa, possa ser incorporada ao Mercado Comum, tal como foi concebido e como funciona? Por exemplo, os meios pelos quais se alimenta o povo da Grã-Bretanha e quais são de fato a importação de gêneros alimentícios comprados a baixo custo nas duas Américas e nos antigos domínios, ao mesmo tempo dando, concedendo subsídios consideráveis aos fazendeiros ingleses? Esses meios são obviamente incompatíveis com o sistema que os Seis estabeleceram naturalmente para si próprios. (DEGAULLE, 1963)¹.

A efetiva entrada do Reino Unido na Comunidade Europeia só se deu dez anos mais tarde, em 1973, após diversas rodadas de negociações iniciadas ainda em 1970. O país aceitou fazer parte da Tarifa Externa Comum do bloco, gradualmente taxando importações de países de fora, enquanto eliminava barreiras tarifárias na indústria e na agricultura com os membros da CEE (REINO UNIDO, 1971). Além disso, o Reino Unido fez inúmeras concessões aos franceses, que estavam preocupados em perder o papel de destaque dentro do bloco. Dentre as demandas exigidas por Paris estavam, por exemplo, a desvalorização da libra esterlina, o uso do

¹ Tradução feita pelo autor. No original: What is to be done in order that England, as she lives, produces and trades, can be incorporated into the Common Market, as it has been conceived and as it functions? For example, the means by which the people of Great Britain are fed and which are in fact the importation of foodstuffs bought cheaply in the two Americas and in the former dominions, at the same time giving, granting considerable subsidies to English farmers? These means are obviously incompatible with the system which the Six have established quite naturally for themselves.

voto majoritário dentro do Conselho de Ministros e a premência do francês como língua de trabalho da Comunidade Europeia (CHOCHIA ET AL., 2018b).

No âmbito monetário e fiscal, os britânicos dispuseram-se a trabalhar junto com a CEE em busca da eliminação de barreiras ao fluxo de capital entre os países, bem como a harmonização fiscal e introdução do VAT (Imposto sobre Valor Agregado, na sigla em inglês) e a entrada do Reino Unido como membro pleno do Banco Europeu de Investimento (REINO UNIDO, 1971).

Apesar de pacificar muitos temas no acordo de 1973 - e ceder em alguns outros -, deve-se ressaltar que os britânicos mantiveram muitas exigências e pedidos de condições especiais. Foi assegurado aos territórios dependentes do Reino Unido e aqueles independentes e considerados em desenvolvimento que teriam a oportunidade de se associarem ao bloco de modo a facilitar a entrada de importações desses países no bloco europeu, a garantia de que países em desenvolvimento dependentes da exportação de açúcar não sofreriam em demasia com a introdução da TEC, além de condições especiais para produtos neozelandeses, como carne de carneiro e laticínios (REINO UNIDO, 1971).

Apesar da excepcionalidade dada aos britânicos para aderir ao bloco, parte da sociedade britânica ainda se mostrava contrária à integração regional, tanto que o primeiro referendo sobre a permanência no país ocorreu já em 1975, com vitória para a permanência do Reino Unido na CEE, após renegociações acerca de importações feitas pelo país de açúcar caribenho, laticínios neozelandeses e novos subsídios a fazendeiros em regiões pobres do país (PABSDORF ET AL., 2019; UNIÃO EUROPEIA, 2016).

Sob a administração de Margareth Thatcher, o Reino Unido buscou renegociar o valor de suas contribuições financeiras ao bloco, na época o segundo maior contribuinte para o caixa europeu. A demanda britânica foi atendida durante a reunião em Fontainebleau, em 1984, que reduziu em 66% as contribuições britânicas para a Comunidade Europeia. (UNIÃO EUROPEIA, 2016; KEEDUS ET AL., 2018).

Apreende-se da postura do Reino Unido nos primeiros anos como membro da Comunidade Europeia que, conforme o bloco europeu alargava-se e tornava-se mais integrado, britânicos passaram a adotar uma postura de descrença quanto a real vantagem de fazer parte de tal união, além de sentirem que sua soberania estava sendo enfraquecida ao transferir poderes para órgãos regionais, como Parlamento Europeu e a Comissão Europeia.

Essa descrença não é infundada, mas encontra eco na preferência dos britânicos por uma cooperação ao invés de integração, em que os Estados manteriam o papel central nas atividades comuns do bloco, opondo-se à criação de um sistema supranacional que regulasse e ditasse a forma como os Estados deveriam interagir dentro da Comunidade Europeia (CHOCHIA ET AL., 2018b). Esse aspecto será melhor trabalhado em outras partes do capítulo, mas é possível adiantar e afirmar que foi ponto fulcral para a ocorrência do Brexit.

Com a assinatura do Tratado de Maastricht, em 1992, que marcou o nascimento da União Europeia e pôs a termo o objetivo de maior integração e união entre os agentes do bloco, o país optou por não fazer partes de diversas políticas comunitárias, como a participação na Zona do Euro, no Espaço Schengen, Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça e a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (SZUCKO, 2020). O Tratado de Maastricht traz provisões acerca da excepcionalidade do Reino Unido dentro do bloco - os chamados *opt-outs* -, como a permissão para que o país mantenha o uso de sua moeda, a libra esterlina (a união monetária e a adoção do euro se tornaram obrigatórias após esse tratado), e a subsequente manutenção do *Bank of England* como principal agente financeiro-monetário do país, apesar de continuar com as suas obrigações com o Banco Central Europeu (UNIÃO EUROPEIA, 1992).

Em 2011, o Parlamento Britânico aprovou o European Union Act, que previa a realização de uma consulta popular toda vez em que se discutisse novas transferências de poder do âmbito nacional para as instituições do bloco (SOARES, 2019). Foi uma resposta do Partido Conservador, recém-eleito, de tentar amenizar as críticas que surgiam da ala mais radical do partido e de setores da sociedade que se sentiam prejudicados pela participação do país na União Europeia.

Nas eleições de 2015, David Cameron, então Primeiro-Ministro do Reino Unido, prometeu, em caso de vitória do seu Partido Conservador no pleito daquele ano, rever a posição de seu país dentro da União Europeia e realizar um novo referendo sobre a permanência britânica no bloco. As demandas britânicas dividiram-se em quatro áreas principais: governança econômica, competitividade, soberania e imigração. Cameron buscava novas isenções de obrigações, além de promover uma política mais nacionalista, contrária à uma crescente na integração regional, bem como estabelecer regras mais rígidas de imigração de cidadãos de outros países da UE. A nova posição do Reino Unido dentro do bloco foi aprovada pelo

Conselho Europeu durante as suas deliberações nos dias 18 e 19 de fevereiro de 2016 (POPTCHEVA & EATOCK, 2016).

Era esperado que com as novas garantias o Reino Unido permanecesse no bloco, contudo, no referendo de 23 de junho de 2016, 51,9% dos eleitores votaram pela saída da União Europeia (REINO UNIDO, 2019). É interessante notar claras divisões dentro do país. Enquanto Escócia e Irlanda do Norte votaram majoritariamente para permanecer, Inglaterra e País de Gales optaram por sair. Moradores de cidades grandes, em geral, preferiram permanecer no bloco, enquanto aqueles habitantes de cidades menores e de áreas rurais defenderam a saída, e pessoas com maior nível de educação foram mais pró-UE do que aqueles com menos escolaridade (MOORE, 2016).

Apesar das divisões dentro do próprio Reino Unido acerca da permanência ou não na União Europeia, é perceptível como o tema é polêmico e altamente inflamável. Entender o quão delicado é o tema para os britânicos perpassa, obrigatoriamente, por entender como se deu, e ainda se dá o processo de formação de identidade dentro do país e construção de entendimentos mútuos com a Europa. Para isso, o próximo capítulo trará o material teórico necessário para analisar mais a fundo o Brexit.

A teoria construtivista wendtiana: a construção de identidades no sistema internacional

O Construtivismo, em especial do ramo wendtiano, ganhou destaque no estudo das Relações Internacionais na década de 1990, após o fim da Guerra Fria e a subsequente mudança paradigmática que isso trouxe no entendimento de como o sistema internacional funciona (MENGSHU, 2020 *apud* HOPF, 1998).

O construtivismo vem numa onda de novas teorias pós-debate Neo-Neo que tentam superar o positivismo tão arraigado nas Relações Internacionais. Não se pode considerar o construtivismo pós-positivista por ainda ter laços estreitos principalmente com o Neorrealismo acerca de algumas premissas básicas das Relações Internacionais - Wendt não nega que não exista anarquia, por exemplo - (WENDT, 1992), mas que traz um olhar menos racionalista e mais sociológico para o estudo das relações interestatais, buscando entender como a interação entre os agentes internacionais é capaz de moldar e criar identidades, crenças, desejos e ações dentro do sistema internacional (WENDT, 1999). O construtivismo dá muito enfoque para as interações sociais e os discursos e linguagens que permeiam a interação dos agentes internacionais. Não à toa, construtivistas devotam grande quantidade de tempo em análises de discursos, construção de argumentos, linguagem e persuasão (CHECKEL, 2004).

Em seus dois principais artigos acerca do construtivismo e em seu livro sobre política internacional, Alexander Wendt esclarece essa nova perspectiva para entender o comportamento dos agentes internacionais. A principal diferenciação entre o construtivismo e suas concorrentes, Neorrealismo e Neoliberalismo, é o enfoque dado à estrutura internacional em que os agentes do sistema estão inseridos. É dizer, a estrutura internacional é moldada por ideias e a rede de entendimentos mútuos entre os agentes (normas, regras, instituições etc.), tornando-se fator mais importante nas relações internacionais do que forças materiais, enfatizadas pelo debate Neo-Neo (WENDT, 1999).

Não significa dizer que as forças materiais que os Estados possuem são irrelevantes, mas que apenas têm sua importância determinada dentro de um contexto compartilhado entre os agentes das relações internacionais. Estados, afinal de contas, “temem ameaças e não poder” (WENDT, 1999, p. 106). Wendt usa a questão nuclear para exemplificar a sua ideia de que as forças materiais têm papel secundário no sistema internacional e de que o poder material,

sozinho, não é capaz de gerar ansiedade, medo ou motivar uma corrida armamentista. O autor afirma que “Quinhentas armas nucleares britânicas são menos ameaçadoras para os Estados Unidos do que cinco norte coreanas por causa dos entendimentos compartilhados que os sustentam.”² (WENDT, 1999, p. 255). Assim, a premissa principal do construtivismo é de que as ideias são mais importantes do que forças materiais, se opondo ao pensamento de que Estados são naturalmente egoístas e auto interessados.

O construtivismo é uma teoria sistêmica, isto é, está focada na interação dos agentes internacionais, mas vai além, busca entender como o sistema internacional estrutura e molda a relação entre eles. Obviamente, não se pode descartar fatores internos dos Estados, mas, em um contexto internacional, as estruturas sistêmicas são mais poderosas do que fatores endógenos. Ideias anteriores ao construtivismo, em especial o neorealismo de Kenneth Waltz, foca no individualismo dos agentes em relação à estrutura e como fatores endógenos definem a atuação do Estado no campo externo (WALTZ, 1979). É um olhar de dentro para fora, em que a cultura³ é inata ao indivíduo e que a interação com os demais agentes pouco modifica a natureza do Estado. Wendt se opõe a essa percepção ao trazer um enfoque estruturalista para a interação entre agentes internacionais. Para o autor, a estrutura é parte importante na construção de identidades internacionais e como os Estados idealizam o sistema, num conceito que Wendt chama de “superveniência”, quando a microestrutura (fatores internos) e a macroestrutura (fatores externos) atuam de modo constitutivo na formação da percepção do Estado sobre o sistema internacional (WENDT, 1999). Nenhum Estado é naturalmente pacífico ou agressivo, mas construído socialmente de acordo com o sistema em que estão inseridos. Suas identidades provêm de um olhar externo mais do que interno⁴.

² Tradução livre feita pelo autor. No original: Five hundred British nuclear weapons are less threatening to the US than five North Korean ones because of the shared understandings that underpin them.

³ Cultura, no sentido empregado por Alexander Wendt, significa toda uma rede de conhecimentos prévios sobre como se estrutura o mundo, e que os desejos e as crenças são dadas como naturais. Wendt se opõe à ideia de que o indivíduo preceda a cultura, sendo ele socialmente construído e culturalmente inserido em uma realidade após interações sociais. A mesma lógica se aplica aos Estados.

⁴ Wendt entende que, apesar do fator cultural proveniente da estrutura sistêmica em que os agentes estão inseridos, fatores intrínsecos também são importantes na composição da identidade e na percepção da realidade daquele agente. Ainda assim, o papel da agência é menos determinante do que o da estrutura.

Como um Estado constrói a sua identidade: uma visão endógena

É premente explicar como se dá o processo de formação de identidades dos Estados. Wendt trabalha dois mecanismos: imitação e aprendizado social, mas, será dado foco no último, visto que o próprio autor o considera ser de maior importância.

Wendt afirma que Estados possuem ideias pré-concebidas de si - potência, hegemônico, colonizador, pobre, Ocidental, etc. -, seja por interações passadas, seja por questões internas de cada Estado. O que cria a identidade de cada agente, contudo, é a justaposição daquilo que um Estado enxerga do “eu”, aquilo que ele enxerga do “outro”, e a visão do “outro” sobre o “eu” (WENDT, 1999).

De modo mais simples, Estados praticam aquilo que Wendt chama de *altercasting*, que é o ato de dar uma identidade ao outro com base na visão de si. Portugal quando primeiro atracou em terras brasileiras tinha uma visão pré-idealizada de si próprio, como de nação aventureira, exploradora e conquistadora. Ao defrontar-se com populações indígenas, os portugueses determinaram uma identidade para aquele povo nativo com base naquilo que pensavam de si próprios, logo, se Portugal é colonizador, os indígenas são colonizados. Se essa lógica faz sentido na realidade ou não, não é importante num primeiro momento, pois ela será confrontada diretamente com a visão que os indígenas terão dos portugueses baseados naquilo que pensam de si e o que acham do outro. É por meio dessa troca de visões, ideias e ações entre o “eu” e o “outro” que se formam identidades e a ideia da posição social do Estado naquele sistema, suas necessidades, seus amigos ou ainda suas ameaças.

Ainda assim, Wendt trabalha outros conceitos que ajudam a completar a ideia de identidade que contrabalanceiam o papel identitário, muito próximo do pós-positivismo. O primeiro é o fator endógeno. Não se pode negar que fatores internos de um Estado ajudam na constituição de sua identidade, como já mencionado anteriormente. A “identidade pessoal ou corporativa” (*Personal/corporate Identity*) atua na construção de um corpo social que compartilha entre si uma identidade coletiva, memórias, crenças e desejos (WENDT, 1999). Todo Estado possui uma ideia de “eu” construída através da percepção própria, imbuída em sua estrutura social, política, econômica e histórica. O que diferencia o construtivismo de teorias individualistas é justamente essa ponderação entre aquilo que é construído internamente (ou dado

como fato natural) e aquilo que é construído externamente (estrutural social), com foco maior na última⁵.

Dentro do construtivismo é possível ainda aventar a hipótese de uma “identidade coletiva” (*Collective Identity*), que permite incorporar o “outro” ao “eu”. Estados não deixam de ser Estados para dar lugar a uma estrutura supra estatal, mas compartilham entre si conhecimentos e práticas mútuas que os permitem analisar o sistema internacional de modo que aquilo que representa uma ameaça para um é visto como uma ameaça para o coletivo, do mesmo modo que aquilo que é benéfico para um é benéfico para todos (WENDT, 1999).

A questão da identidade será melhor trabalhada na próxima seção deste artigo, mas é pertinente afirmar que é um fator crucial no movimento do Brexit quando olhado do ponto de vista construtivista. A ideia de uma “nação europeia” perpassa por essa divisibilidade de identidade, que parece encontrar resistência do Reino Unido, além, é claro, de questões estruturais do bloco europeu que moldaram o choque de entendimentos compartilhados entre europeus e britânicos.

Assim, a ordem internacional não é algo reificado - algo natural, como a luz do Sol ou a composição química da água -, mas é uma construção social erigida por meio de conhecimentos compartilhados entre os atores e passível de modificação ao se adotar um olhar reflexivista - não que sua alteração seja algo necessariamente fácil. (BERGER & LUCKMANN, 1966; WENDT, 1999). Não há uma *raison d'état* inalterável que compõe o Estado, com base num racionalismo marcado pela luta pela sobrevivência em meio à anarquia.

As estruturas compartilhadas entre atores (regras, instituições, normas etc.) são, pois, obras do conhecimento e das práticas compartilhadas entre os agentes internacionais, mutáveis no tempo e no espaço, e não estáticas ou naturalmente dadas.

A questão da identidade estatal no construtivismo: uma visão exógena

Trabalhando melhor o conceito de identidade - tema caro a este artigo -, nota-se que o construtivismo wendtiano faz preferência pelo “papel identitário” (*Role Identity*) que cada Estado tem no sistema internacional. A percepção de identidade de um Estado é dada com base naquilo que o “outro” percebe do agente em questão. O papel social do Estado é, pois, construído dentro de uma cadeia de entendimentos compartilhados que estruturam a sua percepção do “eu”

⁵ “The State is not a tabula rasa on which any interest can be written... but then [I] argue that they [interests] do not entail that States are inherently self-interested. States are not Realists by nature.” (WENDT, 1999, p. 234).

(WENDT, 1999). É possível fazer analogia com os papéis sociais que os indivíduos têm nas sociedades. Uma pessoa pode dizer ser o presidente do Brasil, e acreditar fortemente que de fato o é, mas sem o reconhecimento coletivo dessa posição social - o reconhecimento do “outro” sobre o “eu” -, dificilmente ele conseguirá chamar o Palácio da Alvorada de casa. O “candidato” é, então, constrangido por uma miríade de entendimentos sociais que a perceber que o “eu” só é em parte possível com a construção e entendimento do “outro” sobre mim, e vice-versa.

Berger e Luckmann (1966) também dão sustentação a essa tese. No livro *The Social Construction of Reality*, eles afirmam que o processo identitário de indivíduos se dá a partir de estruturas sociais específicas que reforcem a visão de identidade atribuída àquele agente, seja ela dada pelo próprio agente (autoidentificação) ou por outros agentes do sistema. Apesar de tratarem de indivíduos, é possível estender esse pensamento às relações internacionais.

É dizer, pois, que existe um sistema social que conforma a ação dos Estados e cria modelos identitários com bases nas interações que cada agente realiza com o meio internacional. Existem diversos quadros cognitivos (SNOW ET. AL., 1986) que ajudam esses agentes a se situar no meio em que habitam e que auxiliam na construção de de uma estrutura social coesa e cheia de sentido para os agentes que optaram por aquele quadro. São quadros pré-determinados, originários de interações passadas e conceitualizações internas acerca do “outro”, mas não necessariamente estáticos, sendo passíveis de mudanças conforme os movimentos da estrutura social em que estão imbuídos esses agentes.

Formação de identidades coletivas

Num processo além da criação de identidades individuais, Estados podem proceder em criar identidades coletivas. Wendt enumera quatro modelos em que isso pode ocorrer, mas serão apresentados apenas três, considerados os mais compatíveis com a questão central deste artigo.

Um dos modos de se criar identidades coletivas é por meio da interdependência. Quando Estados são interdependentes, a ação de um afeta diretamente o outro. Desse modo, interesses e objetivos extrapolam questões egoísticas e de ganho relativo, e os Estados passam a criar uma identidade coletiva em que os benefícios são compartilhados, assim como os malefícios. (WENDT, 1999). Não apenas Estados amigos podem criar interdependência, como é o caso dos países-membros da União Europeia. Rivais também podem ser interdependentes. Estados Unidos e União Soviética eram interdependentes num sentido de que as identidades de ambos eram

reflexo da rivalidade que possuíam. Os Estados Unidos se viam como o “líder do mundo livre” tendo como reflexo a URSS e sua falta de democracia. A ação que culminou no fim do bloco soviético afetou diretamente os EUA e a identidade daquele país, como líder de uma dos lados da Guerra Fria. Seria agora os estadunidenses o *hegemon* global, ou o mundo estaria numa espécie de multipolaridade?

Inibidores de interdependência perpassam pela ideia de que Estados podem aproveitar-se de outros e atuar de modo egoístico (*free rider*), naquilo que Keohane e Nye (1989) chamam de sensibilidade e vulnerabilidade - sensibilidade sendo o grau de que uma ação de um Estado afeta o outro, e vulnerabilidade sendo os custos de acabar com aquela relação. Em relações assimétricas, uma das partes pode ser mais vulnerável do que a outra, aceitando maiores graus de sensibilidade, e causando uma transição de interdependência para dependência.

Outro ponto formador de identidade coletiva é o que Wendt chama de destino comum. Estados entendem que ambos ou todos terão o mesmo destino se não cooperarem ou ao menos interagirem entre si, forçando a criação de uma identidade coletiva que estabeleça parâmetros para lidar com a ameaça exterior (WENDT, 1999). Exemplo disso pode ser o aquecimento global. Os Estados entendem que, caso não ajam de modo coletivo, todos irão sofrer as consequências do efeito estufa e as mudanças na natureza.

Como se pode observar do exemplo anterior, criar uma identidade coletiva, por mais específica que seja, com base na ideia de um destino comum é difícil de se alcançar, uma vez que a lógica egoística e o medo de maior cooperação ainda é algo presente nas relações internacionais atualmente.

Por fim, tem-se a autocontenção, autoexplicativo em seu nome. É dizer, Estados optam por voluntariamente conterem seus ímpetus egoísticos e de autoajuda para criar um ambiente em que não impere o medo e a ameaça constante. Três mecanismos podem levar à autocontenção: internalização do respeito à soberania e de uma sociedade internacional pluralística; o extrapolamento de políticas domésticas que sustentem a autocontenção para a política externa; e iniciativas unilaterais, sem a expectativa de reciprocidade (WENDT, 1999).

O autor melhor trabalha esse conceito quando diz “Se os atores acreditam que os outros não têm desejo de os engolir, nem o fariam por meio de oportunidades autointeressadas, então será mais fácil confiar que, ao identificar com eles, seus próprios desejos serão respeitados, mesmo na ausência de limitadores externos.” (WENDT, 1999, p. 359).

A questão da realidade e os elementos discursivos na sociedade internacional

É importante entender que Wendt não questiona a realidade como uma construção social. Estados existem, assim como as suas interações e consequências desse contato. O que muda de verdade é a forma como se olha para a realidade por meio de ações, discursos e fatos históricos. É entender que a visão acerca do sistema internacional é impregnada pela percepção humana, diversa culturalmente e historicamente. Desse modo, o construtivismo não questiona a solidez da realidade em si, mas a forma como a experiência humana molda tal percepção de modo que é impossível se ter um olhar neutro sobre as relações internacionais, fazendo-se necessário construir conhecimentos mútuos (WENDT, 1999).

O construtivismo, por esse motivo, dá grande ênfase ao discurso empregado nas relações internacionais. A construção ou desconstrução de entendimentos compartilhados entre os agentes perpassa necessariamente por uma série de elementos discursivos (WENDT, 1999). A própria anarquia é um desses elementos que pode ter o seu significado alterado de acordo com o discurso empregado. Não se nega que ela exista, mas se questiona se ela fomenta os Estados a engajarem-se em ações de *self-help* (autoajuda), num estado de constante ameaça.

Estados podem estabelecer que o conceito de soberania é o respeito às questões internas de um Estado e o Estado como o único detentor do uso legítimo da força dentro de seu território, assim como um Estado pode entender a busca de outro Estado pelo enriquecimento de urânio como um discurso agressivo, que busca armar-se de ogivas nucleares. O discurso, pois, é componente fundamental na construção de conhecimentos compartilhados.

Construtivismo e realismo: contrapondo duas teorias

O Construtivismo wendtiano, como já dito, bebe muito do neorrealismo. Wendt, inclusive, admite compartilhar com os neorrealistas diversos aspectos do sistema internacional, como a racionalidade dos Estados, falta de confiança completa nos outros agentes, entre outras características (WENDT, 1995). E será pela última em que se tentará contrapor as duas teorias de Relações Internacionais a fim de evidenciar o passo além que o construtivismo deu em tentar entender de forma mais abrangente o mundo interestatal.

Uma das principais críticas que realistas e neorrealistas fazem acerca do construtivismo é a ideia de que os Estados nunca podem estar cem por cento seguros de que outros Estados não adotarão posturas revisionistas ou quebraram o ciclo de entendimentos compartilhados

(MEARSHEIMER, 1995). Wendt responde à crítica fazendo uso do historicismo. Estados interagem há séculos e são capazes de diferenciar posturas revisionistas ou de *status quo* (WENDT, 1999). É um mecanismo passível de erros, nota-se o exemplo histórico do avanço da Alemanha Hitlerista enquanto França e Reino Unido mantiveram-se praticamente inertes até 1939, mas que sem dúvidas não pode ser ignorado ou considerado irrelevante.

Pode-se, até certo ponto, antropomorfizar o comportamento estatal e chegar à conclusão de que Estados gostam e prezam pela manutenção do *status quo*. Confiança ou desconfiança no outro é justamente manter estável essa rede de entendimentos. A Guerra Fria era uma rede de conhecimentos e práticas sociais em que imperava a desconfiança e o medo, mas por quarenta anos foi uma estrutura estável que governou a política global. Essa rede estável não constrói apenas com o uso da força material, mas depende intrinsecamente de um fator social que ajude os Estados a compreenderem o meio em que habitam, a forma de pensar sobre o outro e sobre si, e, inclusive, em qual momento quebrar essa rede de estabilidade.

Waltz (1979) e Mearsheimer (1995) dão bastante ênfase nos aspectos materiais, o uso da força e da coerção dentro das relações internacionais. Wendt não nega o valor delas, pelo contrário, reconhece a sua importância nas relações interestatais (WENDT, 1992). Acontece, contudo, que o neorealismo concebe a força material como dada e de simbologia universal. Acontece que dentro de uma estrutura compartilhada de conhecimentos e práticas que não reforce a necessidade do uso da força material, elas se tornam secundárias nas relações entre agentes. O materialismo é dependente do fator social para ter significado. É retornar à argumentação de Wendt do temor dos estadunidenses em relação à Coreia do Norte e seu programa nuclear, mas a calma de Washington quanto às ogivas britânicas.

Wendt vai além ao argumentar que a força material sozinha é incapaz de mudar o sistema internacional se não for antecipada por mudanças sociais (1995). Parece difícil imaginar isso ao confrontar-se com mega potências militares como Rússia, Estados Unidos ou China atualmente. Mas, isso mostra-se verdade, quando analisa-se o crescimento chinês nos anos recentes. Os chineses são conscientes de sua força militar para impor, caso quisessem, sua vontade contra outros países. Acontece que o poder material sozinho não é capaz de afastar movimentos coordenados de retaliação à ofensiva chinesa. Não à toa, a China tem, por vezes, conformando-se com o atual sistema internacional, por outras, utilizando seu crescente soft power e poder de influência para mudar as regras e práticas compartilhadas sem recorrer às armas.

Anarquia não é um estado de constante busca por ganhos relativos igual pregam os neorrealistas - e neoliberais também -, mas um sistema fluido que varia de acordo com o grau de interação dos Estados (WENDT, 1992).

Entendendo o Brexit por meio do construtivismo

O Brexit marcou o ápice de uma conturbada relação entre a União Europeia e o Reino Unido. Desde a entrada do país no bloco, a relação entre ambos os lados foi marcada por desentendimentos e a inabilidade de arrefecer o sentimento antieuropeu presente na sociedade britânica. Mas, os motivos do Brexit vão além de fatores internos, tão destacados em análises e pela mídia, e constituem-se em questões estruturais que afastaram o Reino Unido do projeto de integração europeu.

Esta seção será dividida em quatro partes; uma focada na criação identitária do Reino Unido, e como o país se posiciona no cenário internacional; outra tratando da questão da soberania e o entendimento britânico sobre ela; a outra na criação de uma identidade coletiva com a Europa, motivando a entrada no bloco europeu em 1973; e por fim, como esse sistema identitário se desfez ao longo dos anos, culminando no Brexit.

Na Europa, mas não da Europa: entendendo a identidade britânica e a sua excepcionalidade

Compreender os fatores internos que levaram ao Brexit se faz necessário antes de entender os fatores estruturais e sistêmicos que fizeram do Reino Unido o lugar ideal para acomodar o primeiro movimento de saída de um Estado-membro da União Europeia.

Entender a identidade britânica é um trabalho complexo e que remonta séculos de construção de uma ideia de que o Reino Unido é único no mundo e na Europa. Foge do escopo deste artigo trabalhar a fundo o historicismo da questão identitária britânica, mas é importante salientar aspectos que tornaram os britânicos tão diferentes dos europeus.

O Reino Unido sempre entendeu estar na Europa, isto é, de estar geograficamente localizado naquele continente e que os seus interesses e posicionamentos no sistema internacional dependem, necessariamente, do que ali acontece. Mas, ao mesmo tempo, não é da Europa, de modo que o continente não influencia os destinos do Reino Unido e as preferências do país em termos econômicos, culturais e políticos, não estiveram, historicamente, na Europa. É uma distinção sutil, mas importante para entender a identidade britânica. O Reino Unido sempre esteve interessado naquilo que ocorria na Europa, o equilíbrio de forças e manutenção do *status*

quo. Porém, ao mesmo tempo, era um ser externo aos movimentos europeus na tentativa de construção de uma identidade continental (JAMES, 2017).

Esse fato encontra base na história do país. Desde a Idade Média, pelo menos, o Reino Unido afastou-se psicológica e politicamente da Europa, constituindo ao longo dos séculos o seu mito nacional. Wallace (1991) cita como elementos desse mito formador a Magna Carta como um instrumento primitivo de obtenção de direitos e democracia e a instituição da monarquia parlamentar já no século XVII, em um contraponto à Europa ainda dominada por monarquias absolutistas. Pode-se, ainda, adicionar nesse rol eventos como a cisão com a Igreja Católica e a criação da Igreja Anglicana por Henrique VIII, a utilização da Common Law, os ideais liberais de John Locke, a Revolução Industrial e a constituição do Império Britânico, que tornava o comércio ultramar mais interesse que com países continentais.

O Reino Unido desenvolveu, ao longo dos séculos pós-Idade Média, uma forte relação com as colônias que compunham o seu império e com os Estados Unidos, independentes desde 1776, especialmente na área econômica (CHOCHIA ET AL., 2018a). O país criou uma rede global de comércio entre suas diversas possessões ao redor do mundo que garantia aos britânicos livre acesso às matérias primas necessárias para a produção de bens manufaturados, que seriam posteriormente exportados, enquanto mantinham equidistância dos conflitos europeus.

Não se pode considerar, todavia, que a relação do Reino Unido com as suas colônias seja um dos casos de uma rede de conhecimentos compartilhados. O aspecto imperialista, a dependência econômica das colônias em relação à metrópole, o uso da força pelos britânicos quando defrontado com revoltas e tentativas de independência impedem imaginar o *Commonwealth* por meio da lupa construtivista. Apesar disso, não se pode deixar de notar a influência que essa relação tem no pensamento identitário de diversos povos colonizados.

A influência britânica em suas colônias perpassa por diversas áreas sociais e culturais, a começar pela língua. O inglês é hoje idioma oficial ou falado pela maioria da população em cinco países além do Reino Unido (Canadá, Estados Unidos, Irlanda, Austrália, e Nova Zelândia), mas possui status cooficial ou é falado por parte significativa da população em pelo menos mais duas dúzias de países, como África do Sul, Nigéria, Índia, Jamaica, Quênia e Tanzânia (CRYSTAL & POTTER, 2020). As colônias também adotaram sistemas jurídicos que refletissem aquele usado no Reino Unido. A *Common Law* tornou-se praxe em países da Commonwealth (KIRALFY ET AL., 2020), assim como muito do sistema eleitoral - o

parlamentarismo - depois que as colônias tornaram-se independentes (ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA, 2019). A reprodução de aspectos britânicos nas colônias provocou, por sua vez, mudanças consideráveis na identidade britânica.

Apesar de imposto, a internalização de muitos aspectos culturais, institucionais e econômicos do Reino Unido pelas colônias provocou uma espécie de *alter casting*, em que os britânicos imaginavam-se como a metrópole colonizadora causadora da expansão da “civilização”, e os colonizados aqueles que recebiam essa colonização e viam-se como dependentes do Reino Unido para a sua sobrevivência e desenvolvimento. Esse laço colonial favoreceu o movimento de afastar-se da Europa cultural e socialmente, priorizando relações mais próximas com as colônias, de modo que elas internalizavam forçadamente aspectos culturais britânicos.

Contemporâneo ao fortalecimento do Império Britânico no século XIX encontram-se eventos que marcam distanciamento político e identitário com a Europa, em especial com aqueles países que seriam os pilares da integração europeia: França e Alemanha.

As diferenças com a França transcendem questões históricas que moldaram a formação dos Estados francês e britânico e encontram abrigo em conflitos identitários desde os primórdios da relação Reino Unido-França. Os conflitos de identidade recentes entre os dois países perpassam principalmente pela questão de posicionamento dos países em relação ao futuro da Europa em um cenário de perda de influência do continente no sistema internacional. A França, igual evidenciado na fala de De Gaulle, via com maus olhos a predominância estadunidense sobre a Europa no pós-guerra e a complacência britânica com a situação (TROIÑO, 2013). As relações melhoraram após a saída de De Gaulle do poder, mas não acabaram com diferenças cruciais entre britânicos e franceses.

Com os alemães, as diferenças começam já na formação do Estado alemão, no século XIX, apesar de culturalmente mais próximos - afinal, anglos e saxões que colonizaram as ilhas britânicas são originais de terras da atual Alemanha -, as disputas econômicas com a Alemanha que forçaram o Reino Unido ao “Esplêndido Isolamento” em relação à Europa e a buscar mercados alhures (WALLACE, 1991), os pactos secretos no limiar da I Guerra Mundial e as duas grandes guerras e suas consequências sociais, econômicas e psicológicas afastaram os dois países do ponto de vista identitário (TROIÑO, 2013).

Além disso, também nas décadas subsequentes ao pós-guerra, o Reino Unido tentou criar uma espécie de “pan-anglo-saxonismo”, dividindo com os Estados Unidos a hegemonia global e a liderança moral no mundo. Como único país na Europa não invadido pela Alemanha, o país reclamava para si o status de defensor primário das liberdades individuais, econômicas e políticas contra uma Europa autoritária (WALLACE, 1991). Donald Watt complementa essa ideia:

As doutrinas básicas do pan-anglo-saxonismo inglês [como] a identificação inquestionável da liderança britânica e americana, a suposição ingênua de que a liderança britânica seja bem-vinda e aceitável, a identificação da hegemonia anglo-americana com a conquista da paz universal, e um idealismo otimista sobre a influência de um opinião anglo-americana unida como um impedimento contra o uso da força para perturbar o status quo mundial (WATT, 1965, p. 45)⁶.

Esse fato afastou o Reino Unido dos primeiros projetos integracionistas na Europa pós-II Guerra Mundial. Os britânicos estavam na Europa, de modo que viam naquele continente espaço para avanço de cooperações econômicas, especialmente de aço e carvão - primeiros setores em que os países europeus cooperaram -, mas não eram da Europa, ao contraporem-se à integração que resultasse em perda de soberania e que afetasse as condições privilegiadas de comércio que possuía com o Commonwealth e os Estados Unidos. O sistema de Preferências Imperiais, assinado em 1932, chocava-se diretamente com as políticas de mercado comum e proteção dos produtores agrícolas europeus. Segundo o autor

Por causa da Conferência de Ottawa de 1932, o Reino Unido abandonou o livre comércio e criou um sistema que promovia trocas econômicas entre os domínios britânicos chamado Preferência Imperial. Isso criou uma área econômica exclusiva protegida da competição internacional por altas taxas aduaneiras. A relação com o Commonwealth era essencial para o Reino Unido e, inquestionavelmente, seria afetado negativamente pela participação no Espaço Econômico Europeu (EEE) por causa da Política Agrícola Comum (PAC) que estava atrelada ao Tratado de Roma. O comércio agrícola entre o Commonwealth era muito importante, e a PAC tinha a intenção de ser protecionista em

⁶ No original: the basic doctrines of English pan-Anglo-Saxonism [as] the unquestioning identification of British and American leadership, the naive assumption that British leadership would be welcome and acceptable, the identification of Anglo-American hegemony with the achievement of universal peace, and an optimistic idealism about the influence of a united Anglo-American opinion as a deterrent against the use of force to upset the world status quo.

relação aos produtores agrícolas internacionais, afetando negativamente as importações do Commonwealth (CHOCHIA ET AL., 2018a, p.68)⁷.

A questão da soberania: de construção a fato social

Falar sobre soberania no contexto do Brexit significa entender a forma como essa palavra e ideia funciona para o pensamento identitário britânico se faz essencial, além de ser uma continuação natural ao entendimento da excepcionalidade britânica dentro da Europa. Ao que parece, o ideal que norteia a política externa do Reino Unido fundamenta-se muito naquilo que prega o realismo e o neorealismo. Não à toa, um dos principais teóricos realistas é daquele país: Edward Carr. Tanto Carr, como Morgenthau e Waltz, representam muito bem a tradição germânica-anglo-saxã do pensamento realista e neorealista nas Relações Internacionais e como esses países entendem o sistema internacional.

Weber (1978) talvez descreva soberania da forma mais sublime entre os autores ao anunciar que soberania é não apenas o monopólio da força legítima, mas é uma hierarquia de agentes que tem sempre uma finalidade de acordo com a necessidade da organização política localizada no topo da cadeia e a construção de uma burocracia que solidifique e perpetue o poder soberano sob aquele grupo e aquele território.

O pensamento weberiano do poder do Estado moderno e de sua magnanimidade em relação aos seus súditos na condução de práticas que julga necessárias se assemelha com o pensamento realista sobre soberania que, por sua vez, serve de base para o pensamento daqueles que votaram pela saída do Reino Unido da União Europeia. Morgenthau reflete isso ao dizer que “... uma simples estipulação que ofenda essa autoridade [legisladora] já será, em si mesma, suficiente para destruir a soberania da referida nação.” Trazendo para o tema central deste artigo, é dizer que o poder legislador da União Europeia e a imposição de regras comunitárias já minaria a independência britânica e o poder legítimo e único do governo britânico de comandar o seu território e povo. Waltz (1979) atualiza esse entendimento em seu livro *Theory of International Politics*, um contraponto à crescente influência do neoliberalismo e das teorias de

⁷ Tradução livre feita pelo autor. No original: Because of the Ottawa Conference of 1932, the UK abandoned free trade and created a system promoting economic exchanges of the British Dominions called Imperial Preference. It created an exclusive economic area protected from the international competition by high custom fees. The relation with the Commonwealth was essential for the UK and unquestionably was going to be negatively affected by the membership of the EEC because of the Common Agricultural Policy was entailed in the Treaty of Rome. The agricultural trade between the members of the Commonwealth was very important, and the CAP was to be protectionist towards international agricultural producers, affecting negatively the imports from the Commonwealth.

interdependência de Keohane e Nye (1988) e de regimes internacionais de Kratochwil e Ruggie (1986) nos anos subsequentes à sua publicação, ao continuar a defesa do Estado como ator central e último nas tomadas de decisão em seu território.

Mas, diferentemente de realistas e neorealistas que dão pouca ênfase em seus estudos para o termo, os construtivistas reconhecem a importância social que a soberania tem para os Estados. A própria definição de soberania como um reconhecimento externo da legitimidade de um governo, governante ou entidade sobre um povo ou território já dá um aspecto social ao termo (BIERSTEKER & WEBER, 1996). A origem da soberania atual dos Estados também parte de uma ideia compartilhada entre os agentes beligerantes após o fim da Guerra dos 30 anos (1618-1648). É um conceito europeu, forjado dentro de uma realidade social conflituosa na Europa e que visava trazer estabilidade no sistema de Estados daquele continente. A soberania criou um sistema de Estados-nação, que por séculos serviu de fator identitário para franceses, ingleses, prussianos e austro-húngaros.

Anos de dominação do realismo nas relações internacionais e a ideia de que a anarquia é intransponível deixou sérias marcas na realização da política externa britânica, ainda mais por ser um ator central no atual arranjo global de Estados. Ideias que transcendem o conceito de Estados como egoístas e maximizadores de poder, igual defendido por ambos os lados do debate neo-neo (KEOHANE & NYE, 1988; WALTZ, 1979) são muito recentes e alvo de grande ceticismo dos realizadores de política externa.

Entender conceitos wendtianos de anarquia como um sistema moldado pela vontade dos Estados em cooperar ou não a partir de entendimentos compartilhados (WENDT, 1992) ou ainda ideias pós-positivistas - muito mais radicais em suas teorizações -, parece um trabalho que *policymakers* não estão dispostos a realizar no momento, seja pela ainda recente origem e estruturação dessas ideias, seja por puro interesse em não incluí-las no rol de debates oficiais.

Assim, para britânicos, acostumados às tradições westphalianas de soberania, o Estado britânico como racional e independente de influências externas, além do historicismo e nostalgia presentes no imaginário britânico de país, expostos pelo apreço ao poder parlamentar e a criação do seu vasto e secular império, ceder às decisões políticas e econômicas de Bruxelas, Estrasburgo ou Frankfurt parece um grave atentado direto à sua existência como povo e choca-se diretamente com as visões de mundo que os britânicos compartilham, mais ainda quando

defrontados com o fato de que não seriam nem a primeira nem a segunda força econômica ou política dentro do bloco.

Muito dessa retórica encontrou ressonância nas campanhas que advogavam pela saída do Reino Unido da União Europeia. O sentimento de perda de soberania compartilhado por parcela significativa da população do país aliou-se ao sentimento de distanciamento entre eles e os legisladores, que cada vez mais se encontravam sentados no hemicírculo de Bruxelas do que nas tribunas do Parlamento Britânico, em Londres. Esse distanciamento, a burocracia europeia e a perda de voz em decisões internas importantes levaram partidos simpáticos à saída a criar *slogans* como “*vote leave, take control*”⁸ ou então “*let’s give our NHS the £350 million the EU takes every week*”⁹, numa clara externalização do descontentamento dos rumos da integração europeia e da globalização (BONNECKE, 2019, p. 14-15).

Identidade coletiva com a Europa: integração diferenciada

O início da Guerra Fria transformou o cenário internacional. O Reino Unido saiu da II Guerra Mundial enfraquecido financeira e politicamente, perdendo o posto de maior potência militar e econômica para os Estados Unidos (TROIITIÑO, 2013). Além disso, movimentos de independência ganhavam força nas colônias britânicas ao redor do mundo. Já em 1947, a Índia declararia independência.

Essa profunda mudança da realidade internacional provocou mudanças identitárias bruscas dentro do Reino Unido. O país já não era mais visto como uma potência de primeira ordem, ficando à sombra de EUA e URSS e via sua relação de proximidade com as colônias desaparecer a cada independência. Ensejou-se, pois, dentro do Reino Unido, mudanças profundas na forma de interagir com os demais agentes internacionais. Usando termos construtivistas, era necessário reconstruir conhecimentos compartilhados entre o Reino Unido e a Europa com base na nova realidade pós-II Guerra Mundial.

⁸ Vote pela saída, tome controle, em tradução livre. Além de slogan, é o nome de uns dos principais sites exclusivamente dedicados a defender o voto a favor da saída do Reino Unido da União Europeia. <http://www.voteleavetakecontrol.org/why_vote_leave.html>.

⁹ Vamos dar ao nosso NHS [serviço público de saúde] os £350 milhões que a UE toma toda semana, em tradução livre. Este slogan foi usado pelo então prefeito de Londres e atual primeiro-ministro do Reino Unido Boris Johnson. Apesar de amplamente divulgar o valor acima, em entrevista a Adam Payne, do Insider, o político disse que o valor pode ser ainda maior, em 2018. PAYNE, Adam. Boris Johnson says his £350 million a week Brexit claim was an 'underestimate'. Insider. 16 Jan. 2021.

<<https://www.businessinsider.com/boris-johnson-says-his-350-million-a-week-brexite-claim-was-an-underestimate-2018-1>>.

O Reino Unido teve por décadas grande ceticismo aos processos que culminaram na criação de blocos europeus, muito por primar pela cooperação e não pela integração desses blocos (CHOCHIA ET AL., 2018a). É dizer, os britânicos viam com bons olhos cooperações que levassem à liberalização do mercado europeu a bens do país, mas eram receosos em participar de um processo político de maior integração que, por consequência, removia soberania do país sobre alguns aspectos que considerava imprescindíveis.

Foi com essa perspectiva econômica que o Reino Unido criou, em 1959, a EFTA (Associação Europeia de Livre Comércio, na sigla em inglês), juntamente com Áustria, Dinamarca, Noruega, Portugal, Suécia e Suíça. O crescimento econômico mais elevado de países da Comunidade Europeia e os grandes mercados alemão e francês, fizeram com que, já na década de 60, os britânicos pedissem a entrada do bloco (CHOCIA ET AL., 2018a).

Essa participação, contudo, foi marcada pela sempre presente desconfiança britânica à integração europeia, o que motivou um processo de criação de uma integração diferenciada, entendida como uma resposta do bloco às diferenças substanciais entre seus membros (RIEDEL, 2018). Apesar da entrada do Reino Unido na Comunidade Europeia, marcadas diferenças sempre estiveram presentes na forma de conceber avanços no processo integracionista europeu. Os *opt-outs* que o país teve dentro do bloco desde o princípio de sua participação revela a dificuldade de se construir conhecimentos e práticas comuns entre a Europa e o país insular.

A ideia de que os Estados-membros da União Europeia respondem a um mesmo *acquis communautaire* - grupo de políticas e regras, direitos e obrigações vinculativas que se aplicam de modo igual a todos os membros - não encontra base no desenvolvimento do bloco (LERUTH & LORD, 2015; COSTA, 2020). Entram nesse rol de diferenciações medidas como protocolos adicionais, *opt-outs*, cláusulas especiais e exceções (RIEDEL, 2018), e o Reino Unido certamente fez grande uso da integração diferenciada desde a sua entrada no bloco.

Cruzando os conceitos de integração diferenciada e construtivismo, pode-se conceber que alto grau de relação entre os dois. A dificuldade em acompanhar o processo de integração Europeu não se deu pela falta de capacidade do Estado britânico em realizar tais mudanças, mas é fruto de uma rede de entendimentos mútuos falha entre a UE e o Reino Unido, que foi, ao longo das décadas, incapaz de criar um espaço comum que gerasse práticas que aproximasse os dois lados. Extrai-se disso que, apesar de membro ativo nas negociações europeias ao longo das décadas, o Reino Unido expandiu seu número de diferenciações, não participando de políticas

comuns do bloco, como as já citadas políticas monetárias e de livre circulação de pessoas e bens, por exemplo.

O posicionamento de Margaret Thatcher acerca da participação britânica na União, sua funcionalidade e estrutura muito revela o pensamento britânico de aproximação da Comunidade Europeia. A ex-primeira-ministra britânica era ferrenha opositora de uma ideia federalista para a Europa, defendendo o papel central do Estado na organização do bloco. Mais além, criticava a ideia de uma força supranacional europeia. Muito disso se explica pela falta de legitimidade que um eventual governo supranacional teria e por representar uma identidade europeia inexistente (CHOCHIA ET AL., 2018b). Não existia no continente uma única identidade e harmonia de interesse entre os Estados-membros que motivasse tal processo integracionista, e foi com base nesse argumento que o Reino Unido seguiu ao longo das décadas uma política de priorização da identidade e valores britânicos, em detrimento de uma ideia europeia de identidade - seja ela já construída ou em construção.

O próprio entendimento pré-referendo entre União Europeia e Reino Unido, que dava ao país mais liberdades em relação às metas integracionistas do bloco, reforça a contínua demanda britânica por diferenciação e a debilidade europeia em tentar conter movimentos dissidentes do processo de integração entre os países do bloco (LABRANO, 2016).

A visão wendtiana desse caso é que a falta de devida comunicação entre os lados levou à manutenção da ideia de externalidade britânica, que, repetida ao longo do tempo, tornou-se comportamento padrão (WENDT, 1999). Regras europeias que não encontravam aceitação no Reino Unido eram formalmente rejeitadas pelos britânicos sem perspectiva de diálogo que ensejasse uma futura adesão ou a criação de uma identidade coletiva mais sólida que mudasse, dentro do Reino Unido, a visão acerca da regra comunitária.

Pelo contrário, com o avanço do processo de alargamento da União Europeia, criou-se o um processo de “Europa multi-velocidade”¹⁰, que teve o Reino Unido como um agente central. (KEEDUS ET AL., 2018b) Nesse processo de acomodação de novos membros, os britânicos foram os que mais buscaram manter para si decisões finais acerca de diversos temas. Wendt já havia previsto tal dificuldade em conciliar discursos e criar um sistema de conhecimentos compartilhados em um sistema com diversos agentes (WENDT, 1999), ainda mais em uma Europa que passou por diversas transformações econômicas e políticas, em especial na década de

¹⁰ No original: Multi-speed Europe

2000 , quando o bloco agregou nada menos do que dez novos países, oito do lado de lá da cortina de ferro (UNIÃO EUROPEIA, 2020).

É difícil, pois, criar uma macro-estrutura de práticas compartilhadas que abranja tantos Estados, alguns com identidades muito diferentes de outros. A Europa, num ímpeto de crescimento, agrega agentes de culturas identitárias tão diversas, que se torna impossível criar um discurso uníssono dentro do bloco em relação aos temas da *acquis communautaire*. Os *opt-outs* e exceções, por mais que no curto prazo apazigue divergências e dê espaço para um Estado ou outro manter a soberania sobre um assunto que considera primordial, no longo prazo cria distorções de integração dentro do bloco, produzindo subgrupos dentro da própria União Europeia de países mais ou menos integrados, o que pode gerar o arrefecimento de conhecimentos compartilhados já cristalizados e possíveis novas rupturas (WENDT, 1999; KEEDUS ET AL. 2018b).

Trazendo as ideias wendtianas de construção de identidades coletivas - interdependência, e homogeneidade -, é fácil perceber como o bloco europeu com 27 nações mantém-se unido por uma linha fina, que pode se romper, igual aconteceu em 2016 com o Reino Unido.

No caso britânico, é fácil perceber que a crescente falha em construir uma crescente interdependência político-institucional, como já foi analisado anteriormente ao mencionar os opt-out e exceções sem a contrapartida de reanalísá-los ou revertê-los no longo prazo. A saída da UE enfraqueceu, ainda, a interdependência econômica. Apesar de ter na União Europeia o seu maior parceiro econômico, o Reino Unido vê fora do continente parceiros cada vez maiores. Os Estados Unidos e a China figuram, respectivamente, como o primeiro e o terceiro parceiros comerciais dos britânicos em 2020, quando a UE é dividida em cada país individualmente, contando, sozinhos, por 30,1% do comércio internacional britânico (GOLDSWORTHY, 2020).

Além disso, o crescimento exacerbado da União Europeia em tão pouco tempo criou barreiras importantes para criar um bloco crescentemente homogêneo. Pelo contrário, a adesão de países de diferentes etnias (em sua maioria eslavos), com diferentes idiomas, costumes e distantes historicamente do Reino Unido, foi tão impactante do ponto de vista social a ponto de ser difícil estabelecer identidades tipificadas e que levariam à uma espécie de identidade coletiva. Não à toa, um dos maiores grupos alvos de xenofobia dentro do Reino Unido são eslavos, em sua maioria trabalhadores poloneses que imigraram após o ingresso da Polônia no bloco e maior facilidade de locomoção dentro da UE. Dados do *Home Department* - o equivalente ao

Ministério da Justiça no Brasil - apontam que nos dias antecedentes ao referendo sobre a permanência do Reino Unido no bloco, violência contra poloneses aumentaram em 41% (RZEPNIKOWSKA, 2018 *apud* HOME OFFICE, 2016), muito por serem o maior grupo de estrangeiros provenientes de um país da União Europeia (JAMES, 2021).

As mudanças estruturais almejadas pela União Europeia de produzir uma integração cada vez mais efetiva esbarrou no fato social de que culturas são intrinsecamente conservadoras e primam pela manutenção do *status quo* (WENDT, 1999). Assim, engendrou-se no Reino Unido um movimento de aversão a mudanças sistêmicas que vinham sendo levadas à cabo desde sua entrada no bloco, que via na União Europeia a perda da soberania nacional e a quebra de laços históricos e culturais que o país mantinha com os Estados Unidos e Estados que já fizeram parte do Império Britânico. Esse movimento foi ainda exacerbado devido à conjuntura internacional que aliou as crises econômicas de 2008 e 2012 e a crise migratória que iniciou-se em 2014.

Um olhar para além da Europa: aversão global à globalização

Ficar só na Europa, apesar do continente ser o foco central de pesquisa deste artigo, não revela por completo o retrato do mundo que se insere o Brexit e suas motivações. Razões que levaram milhões de britânicos a saírem do bloco europeu encontram-se a milhares de quilômetros de Londres, Bruxelas ou Berlim, mas que ecoaram nas esquinas dessas cidades e de toda a Europa. O descontentamento com a globalização, previamente mencionado neste trabalho, perpassa por uma série de acontecimentos anteriores ao Brexit, e longe da Europa, que se faz necessário uma seção deste artigo apenas sobre esse tema.

O crescente populismo no Reino Unido, com a elevação do sentimento eurocético e de partidos contrários à União Europeia, mostra-se mais como um reflexo de anos de um sentimento coletivo de danos causados pela globalização e que é compartilhado em diversos países desenvolvidos.

O Reino Unido não é exceção quando se trata dos efeitos que a globalização econômica trouxe para os países desenvolvidos, especialmente os europeus, que viram empresas e empregos de baixa qualificação migrarem para países emergentes e com leis trabalhistas e tributárias mais flexíveis, estagnação econômica e salarial dos anos recentes, redução nos investimentos públicos e conflitos econômicos alhures, mas que afetam diretamente a economia europeia (COSTA, 2020). Mas os britânicos têm um fator que acentua ainda mais essa nuance de efeitos nocivos da

globalização: a economia altamente financeirizada do país. Enquanto países como Japão e Alemanha têm driblado o desemprego e o aumento da desigualdade social com desenvolvimento de tecnologias e efetiva atividade industrial, o Reino Unido é altamente financeirizado, setor da economia que demanda poucas pessoas, mas altamente qualificadas - e também bem pagas - o que aumenta a diferença salarial e a desigualdade em diferentes áreas e classes sociais do país (DELLA POSTA & REHMAN, 2017). Não à toa, o Índice Gini¹¹ do Reino Unido é de 35.1, maior do que os 31.9 da Alemanha, os 32.4 da França ou os 28.1 dos países baixos (BANCO MUNDIAL, 2019). Além disso, apesar de registrar taxas de desemprego menores do que as de Espanha, Itália ou Grécia, o país tem igualmente falhado em promover um desenvolvimento econômico satisfatório, com índices de crescimento do PIB abaixo de 3% desde 2003 e com períodos de forte recessão (2008, 2009 e 2020), além de anos seguidos de praticamente estagnação (BANCO MUNDIAL, 2020), bem como uma taxa básica de juros de apenas 0,1% (BANCO DA INGLATERRA, 2021), o que sem dúvida se não afasta, também não atrai investidores internacionais.

A percepção que se criou entre os trabalhadores mais simples do país foi de aversão a um movimento que retirava as empresas que os empregavam, aumentava a renda das classes mais ricas e a imigrantes que trabalhavam por menos. Não é difícil, então, criar de dentro para fora, um sentimento compartilhado de traição, por parte dos governos e das elites, contra os mais pobres e vulneráveis. Esse sentimento se refletiu, no Reino Unido, na saída do país da personificação daquilo que era globalização, a União Europeia e sua livre circulação de pessoas, mercadorias e serviços, que, na visão de um trabalhador comum, inundava o Reino Unido de imigrantes, retirava empresas do país e tirava a soberania do país.

A crescente antiglobalista encontrou forte eco também nos Estados Unidos, com a eleição de Donald Trump, em 2016, mas também na Itália, com a vitória de partidos populistas de direita nas eleições de 2018 (Movimento Cinco Estrelas e Liga), na Alemanha e Espanha, que viram partidos de extrema-direita voltarem a ocupar cadeiras nos parlamentos nacionais (AfD, na Alemanha e Vox, na Espanha), na França, que teve no segundo turno Marine Le Pen (Reagrupamento Nacional) ou ainda o fortalecimento de governos de extrema-direita na Hungria e Polônia que já governavam esses países antes mesmo do Brexit. No próprio seio da União

¹¹ O Índice Gini, ou Índice de Gini, foi criado pelo matemático italiano Conrado Gini e que mede o grau de concentração de renda em um determinado país ou região. Varia de 0 a 1, sendo 1 totalmente desigual e 0 totalmente igual.

Europeia houve crescimento de movimentos que desafiam a integração do bloco e demandam mais soberania de volta para os seus Estados, apesar de ainda ser um movimento relativamente pequeno e pouco coeso ideologicamente (COSTA, 2020).

Conclusão

Foge da análise deste artigo apontar culpados ou insinuar que um lado ou outro contribuiu mais para o Brexit. Pelo contrário, entender uma relação tão antiga e complexa obriga o autor a evitar maniqueísmos funestos ou caricaturas superficiais acerca do tema.

Como pôde ser observado no decorrer do artigo, União Europeia e Reino Unido falharam na construção de conhecimentos compartilhados e práticas comuns que reforçassem o movimento de integração regional. O ímpeto integracionista de legisladores em Bruxelas motivou o rápido crescimento do bloco, muitas vezes sem antes solucionar divergências entre aqueles membros que já o integravam.

Contudo, fatores sociais impediram uma aceitação passiva do avanço integracionista do projeto europeu entre os formuladores da política externa do Reino Unido. Estruturas cognitivas dentro da sociedade britânica ainda dão forte ênfase ao senso de individualismo e excepcionalidade compartilhados entre os moradores das quatro nações (SNOW ET AL., 1986; WENDT, 1999). Além disso, o Reino Unido logrou nos anos em que esteve dentro da União Europeia bloquear ou rechaçar políticas compartilhadas, criando uma participação paralela ao bloco, enfraquecendo a ideia de crescente integração ainda nos primeiros anos da entrada no bloco, e debilitada a cada entrada de um novo membro ou tentativa de avanço cooperativista para áreas que o país considera sob o escopo de sua soberania exclusiva.

Wendt (1999) bem colocou que quanto maior o número de agentes em um sistema, maior a dificuldade em se criar um sistema de conhecimentos compartilhados que leve à harmonia de interesses, e esse parece ter sido o caso da União Europeia com o Reino Unido.

Perspectivas para o futuro

Não se pode traçar planos concretos de como será a relação entre os dois lados no mundo pós-Brexit, ainda mais com mudanças paradigmáticas profundas em que o sistema internacional passa atualmente, com o crescimento exponencial chinês, retorno da Rússia à geopolítica global e mudanças demográficas e sociais importantes em zonas antes consideradas irrelevantes, como a África e a América Latina, mas acredita-se que o projeto integracionista europeu segue vivo.

Tanto União Europeia quanto Reino Unido terão que entender as mudanças econômicas, políticas e sociais em que o mundo está passando e buscar dirimir diferenças se ainda quiserem ter papel central nas relações internacionais.

A Europa terá pela frente o grande desafio de caminhar por si só em questões como segurança e política externa - áreas em que o continente ainda vive sob à sombra dos Estados Unidos - enquanto equilibra internamente o interesse de mais de duas dúzias de países em política externa e ponderar quais são as reais ameaças ao bloco (WALT, 2020).

Tudo isso fica mais difícil quando se perde um país com tamanho peso político, econômico e militar igual ao que o Reino Unido possui. A saída de um país com assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, possuidor de armas nucleares e que tem em seu seio Londres, importantíssimo hub financeiro global (CONSANI & PÉRSICO, 2019), com certeza faz a União Europeia repensar planos de maior independência dos Estados Unidos em sua política externa e em apoio militar.

O Reino Unido, por sua vez, terá menos força política e econômica para fechar acordos comerciais e brigar por suas posições em organismos regionais. A diplomacia britânica terá que se esforçar colossalmente para convencer o mundo de que Londres ainda segue sendo um centro econômico importante e que o país ainda possui uma voz que deve ser ouvida em questões militares, econômicas, políticas ou sociais no mundo, sem ter como garantidor o maior bloco regional já criado. O esfacelamento do Império Britânico, há mais de meio século, jogou as ex-colônias para o colo dos Estados Unidos ou da União Soviética durante a Guerra Fria, e, no século XXI, caem cada vez mais nas graças da China, o que coloca o país sob pressão de ser preterido em acordos comerciais ou adensamento de laços diplomáticos quando se tem *players* globais cada vez mais relevantes do que a ilha britânica.

Soma-se a isso tudo o fato de que o Reino Unido ainda tem na União Europeia o seu maior mercado importador e maior origem dos produtos exportados para a ilha. Dados de 2019¹² mostram que a UE exportou para o Reino Unido um total de €319,8 bilhões e importou €194,3 bilhões, sendo superavitária em €125,5 bilhões (UNIÃO EUROPEIA, 2021). Isso equivale a 43% das exportações britânicas e 52% de suas importações (REINO UNIDO, 2020).

¹² Foram utilizados dados de 2019 pois o ano de 2020 sofreu diversas interferências diretas da pandemia, o que poderia ofuscar a real relação econômica entre os dois lados.

Uma relação sorumbática com a Europa poderia jogar o país no meio de um dilema econômico-financeiro entre China e Estados Unidos - a China, inclusive, já é o maior destino das exportações britânicas, quando blocos regionais não são levados em conta (EURONEWS, 2021) - revelando o cenário adverso em que terá de navegar sozinho o Reino Unido caso não consiga, no nível sistêmico, criar um *rapport* que mantenha a União Europeia minimamente próxima em questões financeiras, econômicas, burocráticas, políticas, identitárias e diplomáticas de interesse do país no âmbito internacionais.

Referências

- BANK OF ENGLAND. Monetary Policy - Interest rates and bank rates. 2021. <<https://www.bankofengland.co.uk/monetary-policy/the-interest-rate-bank-rate>> . Acesso em 18 Jul. 2021.
- BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. The Social Construction of Reality. Nova York: **Anchor Books**, 1966.
- BONNECKE, Svenja. Brexit - Quo Vadis?. **Estudios Internacionales**, v. 193, s/n, p. 9-36, 2019.
- CHECKEL, Jeffrey T. Social constructivisms in global and European politics: a review Essay. **Review of International Studies**, v. 30, n. 2, pp. 229-244. 2004.
- CHOCHIA, Archil; TROITIÑO, David Ramiro; KERIKMÄE, Tanel & SHUMILO, Olga. Enlargement to the UK, the Referendum of 1975 and the position of Margaret Thatcher. in: Brexit - history, reasoning and perspectives. Cham (Suíça): **Springer**, 2018b, p. 115-139.
- CHOCHIA, Archil; TROITIÑO, David Ramiro; KERIKMÄE, Tanel; SHUMILO, Olga & LINDSTROM, Nicole. The first European Community and the British position. in: Brexit - history, reasoning and perspectives. Cham (Suíça): **Springer**, 2018a, p. 59-81.
- CONSANI, Norberto & PÉRSICO, Juan Carlos. Las implicancias del Brexit en Europa y en el mundo. **Relaciones Internacionales**, v. 28, n. 57, p. 227-240, 2019.
- CRYSTAL, David & POTTER, Simeon. English language. **Encyclopedia Britannica**, 20 Out. 2020. <<https://www.britannica.com/topic/English-language>>. Acesso em 16 Fev. 2021.
- DE GAULLE, Charles. French president Charles DeGaulle's veto on British membership of the EEC. 14 Jan. 1963. ISN. <https://www.files.ethz.ch/isn/125401/1168_DeGaulleVeto.pdf>. Acesso em 12 Jan. 2021.
- DELLA POSTA, Pompeo & REHMAN, Scheherazade S. Brexit: origin and future perspectives, in: After Brexit: consequences for the European Union. Londres: **Palgrave Macmillan**, 2017, p. 11-34
- GOLDSWORTHY, Chris. United Kingdom trading partners and trade relationships 2020: a detailed analysis of the United Kingdom's international trade relationships by partner country. 2 de Dezembro de 2020. Office for National Statistics - United Kingdom (ONS). <<https://www.ons.gov.uk/businessindustryandtrade/internationaltrade/articles/uktradingpartnersananalysisoftraderelationships/2020#:~:text=1.,Main%20points,unspecified%20goods%20in%20this%20period.>>. Acesso em 01 Mar. 2021.
- JAMES, Mike. Population of the United Kingdom by country of birth and nationality: year ending June 2020. 14 Jan 2021. Office for National Statistics - United Kingdom (ONS). <<https://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/populationandmigration/internationalmigration/bulletins/ukpopulationbycountryofbirthandnationality/yearendingjune2020>>. Acesso em 02 Mar. 2021.
- KEEDUS, Liisi; KERIKMÄE, Tanel; CHOCHIA, Archil & TROITIÑO, David Ramiro. The British rebate and the Single European Act: political ramifications of an economic reform. in: Brexit - history, reasoning and perspectives. Cham (Suíça): **Springer**, 2018, p. 141-151.
- KEEDUS, Liisi; KERIKMÄE, Tanel; & TROITIÑO, David Ramiro. The British role in the emergence of multi-speed Europe and enhanced cooperation. in: Brexit - history, reasoning and perspectives. Cham (Suíça): **Springer**, 2018, p. 187-195.

KEOHANE, Robert & NYE, Joseph. Poder e Interdependência. Glenville, Illinois: Scott Foresman, 2a ed. 1989.

KERIKMÄE, Tanel; CHOCHIA, Archil; TROITIÑO, David Ramiro & HREBICKOVA, Andrea. The first attempts to unify Europe for specific purposes and British flexibility. in: Brexit - history, reasoning and perspectives. Cham (Suíça): **Springer**, 2018, p. 21-32.

KIRALFY, Albert Roland; LEWIS, Andrew D.E. & GLENDON, Mary Ann. Common law. **Encyclopedia Britannica**, 30 Out. 2020. <<https://www.britannica.com/topic/common-law>>. Acesso em 16 Fev. 2021.

KRATOCHWIL, Friedrich & RUGGIE, John G. International organization: a state of the art on an art of the state. *International Organization*, vol. 40, no 4, p. 753-775, 1986.

LABRANO, Roberto Ruiz Díaz. La salida de un Estado miembro en el proceso de integración. *El Reino Unido y la Unión Europea. Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión*, v. 4, no. 8, p. 41-63, Ago. 2016.

MEARSHEIMER, John J. The false promise of International Institutions. *International Security*, v. 19, no. 3, p. 5-49, 1995.

MENGSHU, Zhan. A brief overview of Alexander Wendt's Constructivism. 19 Mai. 2020.

<<https://www.e-ir.info/2020/05/19/a-brief-overview-of-alexander-wendts-constructivism/>>.

Acesso em 04 Fev. 2020.

MOORE, Peter. How Britain voted at the EU Referendum. 27 Jun. 2016. **YouGov**. <<https://yougov.co.uk/topics/politics/articles-reports/2016/06/27/how-britain-voted>>. Acesso em 13 Jan. 2021.

PABSDORF, Margarita N.; CUENCA-GARCÍA, Eduardo & CAVIEDES, Ángela A. Los escenarios de un turbulento Brexit. **Revista Finanzas y Política Económica**, v. 11, no. 2, p. 337-352, Jul/Dez. 2019.

POPTCHEVA, Eva-Maria & EATOCK, David. The UK's 'new settlement' in the European Union: renegotiation and referendum. *European Parliament: European Parliamentary Research Service*. P. 1-36, Fev. 2016.

REINO UNIDO. Statistics on UK-EU Trade. 10 Nov. 2020. UK Parliament Website. <<https://commonslibrary.parliament.uk/research-briefings/cbp-7851/>>. Acesso em 12 Jul. 2021.

REINO UNIDO. The Electoral Commission: results and turnout at the EU Referendum. 16 Jul. 2019. **The Electoral Commission Website**. <<https://www.electoralcommission.org.uk/who-we-are-and-what-we-do/elections-and-referendums/past-elections-and-referendums/eu-referendum/results-and-turnout-eu-referendum>>. Acesso em 13 Jan. 2021.

REINO UNIDO. United Kingdom and the European Communities. Jul. 1971. **Door to Freedom**.

<<http://doortofreedom.uk/wp-content/uploads/2016/03/The-United-Kingdom-and-the-European-Communitites-1971-Heath-White-paper-1970-71.pdf>>. Acesso em 12 Jan. 2021.

RIEDEL, Rafał. Great Britain and differentiated integration in Europe. in: Brexit - history, reasoning and perspectives. Cham (Suíça): **Springer**, 2018, p. 99-112.

RZEPNIKOWSKA, Alina. Racism and xenophobia experienced by Polish migrants in the UK before and after the Brexit vote. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, p. 1-17, 2018.

SNOW, David. A.; ROCHFORD, E. B.; WORDEN, Steven. K., & BENFORD, Robert. D. Frame Alignment Processes, Micromobilization, and Movement Participation. **American Sociological Review**, v. 51, no. 4, p. 464-481, 1986.

SZUCKO, Angélica. Brexit and the differentiated European (dis)integration. *Contexto Internacional*, v. 42, no. 3, p. 621-646, Set/Dez 2020.

TROITIÑO, Ramiro D. The British position towards integration: a different economic and political approach. *Baltic Journal of European Studies*, v. 4, no. 1 (16), 2013, p. 119-136.

UNIÃO EUROPEIA. From 6 to 27 members. 31 Jan. 2020. European Union Website. <https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/policy/from-6-to-27-members_en>. Acesso em 01 Mar. 2021.

UNIÃO EUROPEIA. Treaty on European Union. 7 Fev. 1992. **European Union Website**.

<https://europa.eu/european-union/sites/europaeu/files/docs/body/treaty_on_european_union_en.pdf>. Acesso em 12 Jan. 2021.

UNIÃO EUROPEIA. United Kingdom-EU - International Trade in Goods Statistics. Apr. 2021. **Eurostat**.

<https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=United_Kingdom-EU_-_international_trade_in_goods_statistics> Acesso em 17 Jul. 2021.

WALLACE, William. Foreign Policy and National Identity in the United Kingdom. *International Affairs*, v. 67, no. 01, Jan. 1991, p. 65-80.

WALT, Stephen M. Europe's Post-Brexit Future is Looking Scary. *Foreign Policy*. 06 Fev. 2020. <<https://foreignpolicy.com/2020/02/06/europes-post-brexit-future-is-looking-scary/>>. Acesso em 11 Abr. 2021.

WALTZ, Kenneth. *Theory of International Politics*. Boston: **Addison-Wesley**, 1979.

WATT, Donald C. *Personalities and policies: studies in the formulation of British foreign policy in the twentieth century*. Londres: **Longman**, 1965.

WEBER, Max. *Economy and Society*. Los Angeles: **University of California Press**, 1978.

WENDT, Alexander. Anarchy is what States make of it: the social construction of power politics. *International Organization*, v. 46, no. 2, p. 391-425. 1992.

WENDT, Alexander. Constructing International Politics. *International Security*, v. 20, no. 1, p. 71-81. 1995.

WENDT, Alexander. *Social Theory of International Politics*. Cambridge: **Cambridge University Press**, 1999.

WORLD BANK. GDP Growth (annual %) - **United Kingdom**. 2021. <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=2020&locations=GB&start=2000>>. Acesso em 18 Jul. 2021.

WORLD BANK. Gini Index (World Bank Estimate). **World Bank Website**. 2020. <https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI?end=2019&most_recent_value_desc=false&start=2019&view=bar>. Acesso em 18 Jul. 2021.

_____. Parliamentary system. *Encyclopedia Britannica*. 1 Abr. 2019, <<https://www.britannica.com/topic/parliamentary-system>>. Acesso em 16 Fev. 2021.

_____. After Brexit, China has replaced Germany as the UK's biggest trading partner. 26 Mai. 2021. **Euronews**.

<<https://www.euronews.com/2021/05/26/after-brexit-china-has-replaced-germany-as-the-uk-s-biggest-trading-partner>>. Acesso em 12 Jul. 2021.